**PROJETO DE LEI Nº 86, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SEBERI-RS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023.**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Seberi para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

Parágrafo único. O valor do orçamento do Município para o exercício de 2023 é equivalente a R$ 66.930.000,00 (Sessenta e seis milhões, novecentos e trinta mil reais), no tocante a despesas, está assim distribuído:

I - Despesa da Câmara Municipal fixada em R$ 1.650.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil reais);

II - Despesa do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais - FPSM fixada em R$ 7.930.000,00 (sete milhões, novecentos e trinta mil reais), e

III - Despesa da Prefeitura Municipal fixada em R$ 57.350.000,00 (cinquenta e sete milhões, trezentos e cinquenta mil reais);

**CAPÍTULO II**

**Dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social das Unidades Gestoras**

**(Prefeitura, Fpsm e Câmara)**

**Seção I**

**Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R$ 66.930.000,00 (Sessenta e seis milhões e novecentos e trinta mil reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto da arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente detalhada nos anexos a esta lei e de acordo com o seguinte desdobramento:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **RECURSOS**  **LIVRES** | **RECURSOS**  **VINCULADOS** | **TOTAL** |
| **1 – RECEITAS CORRENTES** |  |  | **64.511.329,60** |
| Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria | 4.856.688,24 | 2.709.781,61 | 7.566.469,85 |
| Receita de Contribuições | 756.107,22 | 1.348.714,00 | 2.104.821,22 |
| Receita Patrimonial | 69.827,47 | 2.971.439,16 | 3.041.266,63 |
| Receita Agropecuária |  |  |  |
| Receita Industrial |  |  |  |
| Receita de Serviços | 272.048,43 |  | 272.048,43 |
| Transferências Correntes | 20.534.685,31 | 30.468.480,01 | 51.003.165,32 |
| Outras Receitas Correntes | 771.064,05 | 24.542,53 | 795.606,58 |
| **2 – RECEITAS DE CAPITAL** |  |  | 5.076.936,43 |
| Operações de Crédito Internas | 1.802,69 | 2.910.000,00 | 2.911.802,69 |
| Operações de Crédito Externas |  |  |  |
| Transferências de Capital | 10.668,82 | 1.897.471,32 | 1.908.140,14 |
| Alienação de Bens | 1.936,92 | 194.530,97 | 196.467,89 |
| Outras Receitas de Capital | 60.525,71 |  | 60.525,71 |
|  |  |  |  |
| **7 – RECEITAS CORRENTES**  **INTRAORÇAMENTÁRIAS** |  |  | **3.861.253,09** |
| Receita de Contribuições – Intraorç. |  | 3.861.253,09 | 3.861.253,09 |
| Receita Parimonial – Intraorç. |  |  |  |
| Outras Receitas Correntes – Intraorç. |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **8 – RECEITAS DE CAPITAL**  **INTRAORÇAMENTÁRIAS** |  |  |  |
| **Alienação de Bens – Intraorç.** |  |  |  |
| **Amortização de Empréstimos – Intraorç.** |  |  |  |
| Outras Receitas de Capital – Intraorç. |  |  |  |
| **Sub Total** | 27.063.306,43 | 46.386.212,69 |  |
| **9 – DEDUÇÕES DA RECEITA** | **90.883,87** | **6.428.635,25** | **6.519.519,12** |
|  |  |  |  |
| **TOTAL** | **26.972.422,56** | **39.957.577,44** | **66.930.000,00** |

**Seção II**

**Da Fixação da Despesa**

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R$ 66.930.000,00 (Sessenta e seis milhões e novecentos e trinta mil reais) sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R$ 43.107.007,04 (quarenta e três milhões, cento e sete mil, sete reais e quatro centavos);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R$ 23.822.992,96 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos);

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO DE DESPESA** | **RECURSOS**  **LIVRES** | **RECURSOS**  **VINCULADOS** | **TOTAL** |
| **3. DESPESAS CORRENTES** |  |  | **57.071.196,35** |
| 3.1 - Pessoal e Encargos Sociais | 15.516.531,67 | 16.850.487,80 | 32.367.019,47 |
| 3.1 - Pessoal e Encargos Social  Operações Intraorçamentárias |  |  |  |
| 3.2 - Juros e Encargos da Dívida | 211.629,00 |  | 211.629,00 |
| 3.3 - Outras Despesas Correntes |  |  |  |
| 3.3 - Outras Despesas Correntes  Operações Intraorçamentárias | 8.548.059,66 | 15.994.488,22 | 24.492.547,88 |
| **4. DESPESAS DE CAPITAL** |  |  | **7.403.203,65** |
| 4.1 – Investimentos | 1.102.502,05 | 5.557.389,91 | 6.659.891,96 |
| 4.1 – Investimentos –  Op.Intraorçamentárias |  |  |  |
| 4.2 - Inversões Financeiras | 130.484,49 |  | 130.484,49 |
| 4.2 – Inversões Financeiras –  Op.Intraorçamentárias. |  |  |  |
| 4.3 – Amortização da Dívida |  |  |  |
| 4.3 – Amortização da Dívida –  Op.Intraorçamentárias. | 611.810,30 | 1.016,90 | 612.827,20 |
| 9.9 - Reserva de Contingência |  |  | 2.455.600,00 |
| 9.9 – Reserva de Contingência do RPPS |  | 1.865.600,00 | 1.865.600,00 |
| 9.9 – Reserva de Contingência do Executivo | 590.000,00 |  | 590.000,00 |
| TOTAL | 26.711.017,17 | 40.218.982,83 | 66.930.000,00 |

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 4.896/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

**Seção III**

**Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares**

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 35 % da sua despesa total fixada nesta lei de orçamento para cada um dos Poderes (Executivo, Legislativo e FPSM), através de Decreto e Resolução, respectivamente, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingência, observado o disposto no art. 26 da Lei Municipal Nº 4.896 /2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023;

b) incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, bem como o que for gerado em 2023 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;

c) excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara e/ou ainda mediante Decreto do Poder Executivo, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 35 % de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias da Câmara, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

Parágrafo único. As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

Art. 8º Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares e especiais destinados ao reforço de:

I — de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 – Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 – Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 – Sentenças Judiciais;

III — dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado.

IV – Transposições, Remanejamentos e Transferências.

**CAPÍTULO III**

**DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023.

Art. 10.Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11. O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12 Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos no inciso art. 1º, Parágrafo Único, I, “a”, da Lei Municipal Nº 4.896/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 em conformidade com o disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da referida Lei.

Parágrafo único. Para efeito para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9o, § 4o, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário e nominal, apurados pela metodologia acima da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 13. O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Seberi (RS), 09 de novembro de 2022.

ADILSON ADAM BALESTRIM

Prefeito Municipal